



PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU ESPECIALIZAÇÃO EM ADVOCACIA PÚBLICA

JUSTIFICATIVA

A Pós-graduação em Atuação Consultiva e Contenciosa da Administração Pública é voltada à discussão e ao aprofundamento dos temas mais relevantes e sensíveis que envolvem a presença do Poder Público, em juízo ou fora dele. A pós-graduação tem como público-alvo tanto os advogados públicos (Advogados da União, Procuradores Federais, Procuradores da Fazenda Nacional, Procuradores do Banco Central, Procuradores do Estado, Procuradores do Distrito Federal e Procuradores Municipais), como os advogados das empresas estatais (Petrobras, Caixa, Banco do Brasil, dentre outros), mas também os advogados privados que atuam contra os entes públicos em juízo. A proposta é realmente apresentar, na grade de módulos, disciplinas que sirvam efetivamente à atuação dos profissionais que lidam na defesa da Administração Pública ou que litigam contra os entes integrantes da Administração.

PÚBLICO-ALVO:..o curso é voltado a bacharéis em Direito, advogados, professores de Direito e afins.

CARGA-HORÁRIA: 360 horas.

PROCESSO DE AVALIAÇÃO: PROCESSO DE AVALIAÇÃO:

Artigo científico (de 05 a 20 laudas), com avaliação dos professores.O tema é livre, de escolha do aluno dentro da área

Por ser a única avaliação no decorrer de todo o curso, fica por conta do aluno a elaboração, e posteriormente após análise do conteúdo enviado, serão apontadas as possíveis correções e informado as próximas etapas.

DURAÇÃO DO CURSO: 12 MESES

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Administração Pública e Atividade Consultiva

Ementa: Conceito e papel constitucional da Advocacia Pública e da Advocacia das Estatais. O relevante papel da atividade consultiva na Administração Pública.

Aspectos Relevantes do Direito Administrativo na Atuação dos entes públicos e das entidades estatais

Rua da Quitanda, nº 3, grupo 906, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 20.011-030.

Fone: (21) 3900-7218

contato@invertaeducacional.online



Ementa: A nova lei de licitações e contratos administrativos e seus impactos na Administração Pública. Regime Jurídico dos Servidores Públicos e Processo Administrativo Disciplinar.



Poder Público em Juízo

Ementa: Prerrogativas Processuais na atuação da Fazenda Pública em Juízo. Gestão do Contencioso de Massa. Gestão de Precedentes. Fazenda Pública e Execução. Atuação da advocacia pública e da advocacia das estatais junto aos Tribunais.

Consensualidade e Métodos Extrajudiciais de Resolução de Conflitos na Administração Pública

Ementa: Negócios Processuais envolvendo o Poder Público. Conciliação e Mediação na Administração Pública. Arbitragem e Administração Pública.

Novas Tecnologias e Proteção de Dados na Administração Pública

Ementa: Inteligência Artificial e Administração Pública. Visual Law na Administração Pública. Lei Geral de Proteção de Dados e Administração Pública.

Direitos Sociais, Políticas Públicas e Processo Coletivo

Ementa: Direito à Educação. Judicialização da Saúde. Aspectos Relevantes do Direito Previdenciário. Aspectos Relevantes do Direito Ambiental. Atuação da Advocacia Pública e da Advocacia das Estatais nas demandas coletivas. Processo Estrutural e Administração Pública.

Processo Tributário

Ementa: Execução Fiscal. Processo Tributário. Transação Tributária.

Atuação da Advocacia Pública e da Advocacia das Estatais nos Juizados Especiais e nos Procedimentos Especiais

Ementa: Juizados Especiais Federais. Juizados Especiais da Fazenda Pública. Ação de Desapropriação. Ações Possessórias. Ação Monitória. Inventário e Partilha. Usucapião.

Direito Regulatório e da Infraestrutura

Ementa: Concessões Públicas. Direito da Infraestrutura. Direito da Regulação. Atuação da advocacia pública junto às agências reguladoras.



PROFESSORES

1. Alyne Gonzaga de Souza – Mestre em Direito
2. Bruno Betti Costa – Mestre em Direito
3. Bruno Cavaco – Promotor de Justiça – Mestre em Direito
4. Cesar Cardoso - Mestre
5. Esther Gurjão – Advogada da União
6. Guilherme Hartmann – Doutor em Direito
7. Humberto Mota - Mestre
8. Irapuã Beltrão – Procurador da Republica
9. Marco Aurélio Ventura Peixoto – Advogado da União – Mestre em Direito
10. Mariana Cirne – Procuradora Federal – Doutora em Direito
11. Renata Cortez Vieira Peixoto – Mestre em Direito
12. Roberto de Aragão Ribeiro Rodrigues – Advogado da União – Doutor em Direito
13. Vanir Fridriczevski - Mestre